

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 19 de agosto de 2020



Nesta edição:

- *Comissão Mista debate Reforma Tributária com os Municípios*

Comissão Mista debate Reforma Tributária com os Municípios

A Comissão Mista da Reforma Tributária, que retomou os trabalhos no dia 31 de julho, realizou hoje sua terceira audiência pública, que contou com a participação de Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Glademir Aroldi iniciou sua fala ressaltando a importância de uma Reforma Tributária ampla para a manutenção dos postos de trabalho e aumento dos investimentos no Brasil. Contudo, pontuou que ela deve ser feita sem gerar elevação da carga tributária. Segundo Aroldi, estudo da OCDE mostra que o Brasil possui a 14ª maior carga tributária do mundo, adicionando que 34% do que é produzido no país vira imposto. Citou ainda relatório do Banco Mundial apontando que o Brasil é o 125º em ranking que observa o nível de competitividade.

O Presidente da CNM disse que 85% dos gestores municipais consideram a reforma tributária importante ou a mais importante para o Brasil. Citou grupo permanente dos municípios que está trabalhando há mais de dois anos para se chegar a melhor proposta. Dentre as diretrizes defendidas pela CNM, estão: i) preservação das receitas municipais, que pode ser feita por mecanismo de compensação ou ajustes na transição da proposta; ii) preservação da autonomia de estados e municípios; iii) compartilhamento de todos os impostos arrecadados com estados e municípios.

Lembrou que não cabe aos municípios somente a receita do ISS, mas também 25% do ICMS e percentual significativo do IPI, entre outras contribuições. Adicionou que as alterações propostas para o sistema tributário tendem a, positivamente, redistribuir o ISS entre os diferentes municípios, já que, segundo ele, aproximadamente 35 municípios arrecadam 65% do Imposto.

Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), relator da Comissão, reforçou a necessidade de uma reforma ampla, que inclua os tributos sobre o consumo de competência dos três entes federados. O parlamentar questionou qual seria o modelo ideal de representatividade dentro do Comitê Gestor e quantos municípios arrecadam o ISS atualmente. Também perguntou sobre qual o período e modelo de transição defendido pela CNM.

Glademir Aroldi defendeu estrutura paritária do Comitê Gestor, com representantes de todos os entes, a fim de ser ter uma maior transparência tanto na arrecadação, como no controle e na distribuição. Aroldi vê a

possibilidade de diminuir o prazo de transição estabelecido, principalmente pela PEC 45, para que a Reforma mostre os seus efeitos o mais rápido possível. Adicionou que um fundo de compensação é fundamental para minimizar as perdas que estados e municípios possam vir a ter em um primeiro momento.

O presidente da CNM disse que em estudo elaborado pela Confederação, 67 dos 100 maiores municípios teriam ganho com a reforma tributária. O fundo seria necessário só nos primeiros anos, porque a partir do desenvolvimento econômico advindo da reforma, os (33) municípios automaticamente iriam recompor seus recursos.

Simone Tebet (MDB/MS) indagou se Aroldi pensa em um ressarcimento aos municípios sob a luz de uma Lei Kandir, porque para ela, é impossível compatibilizar pagamento no destino e garantir a base dos municípios produtores. Perguntou se a CNM está dialogando com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e com os consórcios dos municípios.

Aroldi reforçou a importância do fundo de compensação para municípios produtores no período de transição, tal proteção poderia se dar também com alteração na cota-parte do ICMS, levando em conta a produção do município e não somente a quantidade de habitantes. Disse haver uma parceria muito grande entre a CNM e a FNP, onde a maior parte das propostas da Reforma tributária são convergentes entre as duas entidades.

O ciclo de audiências públicas na Comissão deve se encerrar no fim deste mês.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2019/12/informe-legislativo/#informe-legislativo-no-0022020%20>

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA